

O MEB COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO, 1961 – 1964

THE MEB AS AN AGENT FOR THE MODERNIZATION OF THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE, 1961 –1964

Max Fellipe Cezario Porphirio¹

RESUMO: Nosso artigo propõe abordar o Movimento de Educação de Base a partir de uma nova perspectiva analítica. Diferentemente da historiografia sobre o movimento – que não discute o lugar desta força política nos debates agrários nacionais –, buscamos analisar a ação política do MEB no campo brasileiro, entre 1961 e 1964. Nesse sentido, discutimos como a natureza da reforma agrária foi caracterizada na cartilha “Viver é lutar”. Procuramos fazer uma análise bidimensional dessa cartilha, discutindo tanto sua estrutura textual como a conjuntura político-econômica na qual se inseriam – considerando-as, ao mesmo tempo, práticas sociais reflexivas dos conflitos de classe e elementos por meio dos quais se buscava intervir e alterar os modos de vida. Tal análise é fundamental para dar sentido histórico aos projetos e processos de desenvolvimento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária; Igreja; desenvolvimento rural; educação do campo.

ABSTRACT: This work proposes to approach the Basic Education Movement from a new analytical perspective. Otherwise the historiography on the movement – which does not discuss the role of this political force in national agrarian debates –, we seek to analyze MEB's political action in the Brazilian field, between 1961 and 1964. We discuss how the nature of the agrarian reform were characterized in the teaching material “Viver é lutar”. We attempt to make a two-dimensional analysis of these materials, discussing their textual

* O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado “Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão: o Movimento de Educação de Base como agente da modernização do campo brasileiro (1961-1966)”, financiada pela CAPES – código de financiamento 001.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS), do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC) e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP). Atualmente é professor das redes municipais de Seropédica e do Rio de Janeiro. Email: max_fcp@hotmail.com.

structure as a political-economic conjuncture in which they are inserted – considering it as, at the same time, social practices that reflect class conflicts and elements by which they try to interfere and change ways of life. Such analysis is essential to give historical meaning to rural development.

KEYWORDS: Land reform; Church; rural development; rural education.

Introdução

No que se refere à efervescência política do campo brasileiro, diferentes motivos tornaram o ano de 1961 emblemático. Nesse ano realizou-se o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que “marcou um momento transcendente na longa luta do campesinato por legitimidade política” (WELCH, 2010, p. 308); as Ligas iniciaram a expansão nacional do movimento, vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – entidade com a qual haviam rompido (MORAIS, 1969, p.46); a Igreja Católica iniciou a sua atuação sistemática no campo brasileiro, a fim de evitar a expansão dos movimentos rurais de orientação marxista (CARVALHO, 1985, p.97; KADT, 2007, p.101); e Jânio Quadros promulgou o decreto nº. 50.370, que especificou a “sistemática de operação e o volume de recursos a serem colocados à disposição da CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil]” (FÁVERO, 2006, p.22) para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), a organização que seria a espinha dorsal da atuação católica no campo brasileiro.

Mesmo o MEB tendo surgido nesse período emblemático – no qual a Igreja, as Ligas e o PCB disputavam a organização política dos trabalhadores rurais (NOVAES, 1997) –, a historiografia sobre o movimento tem negligenciado tal quadro e, por conseguinte, não discute o lugar desta força política nos debates agrários nacionais. Analisamos as principais obras produzidas sobre o MEB, a saber: Ione Gomes Adriano (2012); Kelly Ludkiewicz Alves (2016); Idália Maria Itibiriçá Argolo (2010); Viviane Bezerra (2008); Osmar Fávero (2006); Emanuel Kadt (2007); João Paulo Dias de Menezes (2007); Marlúcia Menezes Paiva (2009); José Pereira Peixoto

(2003); Maria da Conceição Rapôso (1985); Edivânia Duarte Rodrigues (2009); Alessandra Maria dos Santos (2014); Leusa Alves de Moura Silva (2006); Cláudia Moraes de Souza (2007); Luiz Eduardo Wanderley (1984). Percebe-se que essas obras desconsideram a relação do MEB com os projetos agrários episcopais e naturalizam os discursos do movimento, no que diz respeito à ideia de não-diretividade das estratégias pedagógicas, à suposta aleatoriedade das ações, à tese de que a busca pela “libertação”, pelo “esclarecimento” e pela “conscientização” dos trabalhadores rurais era a força motriz do movimento e à caracterização da Igreja como uma instituição acima dos problemas políticos e preocupada somente com a “questão social”. Tal naturalização pode ser explicada a partir das trajetórias dos autores tomados como referência para as pesquisas. Tais trabalhos não dialogaram com pesquisas que, reconhecidamente, discutiram os projetos agrários da Igreja – como Novaes (1997) e Carvalho (1985) –, optando por reproduzir as análises daqueles que fizeram parte do MEB (Fávero, W. Wanderley e Carlos Brandão) e de seus orientandos (José Pereira Peixoto e Maria Rapôso produziram suas pesquisas sob a supervisão de Fávero).

Existem exceções a essa regra, como as autoras Rapôso (1985) e Edivânia Rodrigues (2009) e o autor Wanderley (1984), que atentaram para os limites da não-diretividade, porém, essa constatação não foi utilizada para desnaturalizar a imagem do MEB enquanto movimento apolítico. Pelo contrário, os autores relacionaram os limites do não-diretívismo aos limites das relações (a impossibilidade de se começar um trabalho sem colocar suas ideias), por conseguinte, reforçavam a caracterização do MEB como uma força social preocupada, única e exclusivamente, com a melhora da qualidade de vida da população rural – por meio do estímulo à “sua capacidade de reflexão individual e de grupo, no sentido de busca da essência dos fatos” (RAPÔSO, 1985, p.119) –, uma vez que estes limites não invalidariam as “precauções que eram tomadas no processo de conscientização desencadeado por este movimento” (RAPÔSO, 1985, p.119). Destaca-se também que Rapôso, Peixoto e Wanderley iniciaram uma construção analítica que sinalizava o MEB como

uma força política inserida nesse contexto de disputas agrárias. Por exemplo, grande parte das pesquisas reproduziram a tese de que o movimento escolhia aleatoriamente as áreas onde pretendia atuar, para então estudar a localização, extensão, número de habitantes, recursos naturais, transporte, comunicação, educação, atividades econômicas e aspectos socioculturais. Dos dezenove municípios onde o movimento organizou ações, Rapôso caracterizou quatro da seguinte forma: 1) Pindaré-Mirim – região de terras devolutas, caracterizada por conflitos entre camponeses e fazendeiros, com presença expressiva do intermediário, onde existia um projeto de colonização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); 2) Pirapemas – município onde associações ligadas ao PCB atuavam; 3) Viana – região muito pobre, com baixa expectativa de vida, onde camponeses e latifundiários conviviam “acomodados, sem conflitos, embora com contradições” (RAPÔSO, 1985, p. 83), com a presença da equipe Auxiliares Femininos Internacionais, que tinha vínculo com a Igreja e com D. Helder Câmara; 4) Colinas – localidade onde ocorria experiência de colonização; 5) Pedreiras – território caracterizado pelo cooperativismo. Tendo como base a obra de Carvalho (1985), podemos perceber o alinhamento entre as escolhas dessas regiões e os argumentos das cartas pastorais, que, entre 1940 e 1960, previam como diretrizes para o campo o “combate ao comunismo”, o “estímulo à colonização” – em aliança com a SUDENE –, a formação de cooperativas e a manutenção das relações “harmônicas” entre latifundiários e trabalhadores rurais

Nossos referenciais teóricos não nos permitem reproduzir tais paradigmas. Primeiro, sabendo que a constituição e o funcionamento da Igreja são pautados na divisão entre “corpo ensinante (magistério)” e “corpo ensinado (povo)” (ROMANO, 1979, p.46), é difícil imaginar o apoio da hierarquia católica a uma ação capaz de esfacelar sua estrutura fundante. Outro ponto, mesmo considerando problemática a divisão produtor/consumidor no campo das análises discursivas – pois remete à ideia de que só existe uma forma de interpretar um argumento, quando sabemos que o consumidor produz interpretações para além do que pretendia o produtor, rejeitando ou aceitando os

princípios que lhe tentam inculcar, da mesma forma que influenciam a estruturação argumentativa do produtor –, acreditamos que o produtor do discurso tem um objetivo e tenta guiar a interpretação do receptor conforme sua intenção. Ao construir sistemas de conhecimento e crença, os produtores vislumbram uma forma de articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores, atuando na constituição dos modos de vida e das visões de mundo do seu público-alvo. Ademais, com o objetivo de promover a coesão social, inculcam uma classificação própria da relevância de cada assunto, tentando inviabilizar outras formas de estruturação do pensamento (MARX e ENGELS, 2007; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981).

Nosso artigo propõe abordar o MEB a partir de outra perspectiva analítica. Realizaremos uma análise bidimensional das ações do movimento, relacionando a estrutura argumentativa presente no conjunto “Viver é lutar” à conjuntura política e à situação socioeconômica na qual se inseriam, com o objetivo de melhor compreender a atuação política do MEB no campo brasileiro. Analisamos a maneira pela qual o MEB foi utilizado pela Igreja para propagar/classificar suas ações, seus projetos de sociedade e as suas visões do Brasil; discutimos a posição do MEB nas disputas pela natureza da reforma agrária. Tal análise é fundamental para dar sentido histórico aos projetos e processos de desenvolvimento do campo brasileiro.

Ideologia da modernização

Nos anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a *ideologia da modernização* começou a ser gestada nos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com essa ideologia, modernização significava utilizar os avanços científicos e tecnológicos para construir um “mundo melhor”: industrializado, urbanizado, com altos níveis de escolarização e, sobretudo, com máxima eficiência produtiva. Caberia aos EUA o “fardo do homem branco” de levar aos países “subdesenvolvidos”, ou de “terceiro mundo”, as ferramentas necessárias para que estes se modernizassem, com a justificativa de que assim superariam o atraso econômico. Pretendia-se, dessa

forma, construir um mundo pautado no livre-comércio, onde todas as nações seriam desenvolvidas (industrializadas) e competitivas, “à imagem e semelhança dos EUA” (SILVA, 2009, p. 22), autoproclamado ponto máximo da escala civilizatória. Nestes termos, a ideologia da modernização servia às estratégias de combate ao comunismo (os agentes estadunidenses consideravam que a pobreza era solo fértil para a propagação das ideias marxistas) e para forjar demandas (ampliando as operações de crédito e os mercados para maquinário e sementes produzidos pelas empresas de capital estadunidense). Por isso, não demorou funcionar como um novo modelo de dominação imperialista, substituto do modelo neocolonial – que demonstrava seus limites à medida que avançavam as lutas de libertação na África e na Ásia (SILVA, 2009, p.29-31).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a sua agência *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) foram importantes propagadoras das ideias modernizadoras. Para os objetivos aqui traçados, focalizaremos nas proposições da UNESCO. A UNESCO, responsável por elaborar o conceito de “Desenvolvimento de Comunidade”, teve papel fundamental nos objetivos imperialistas dos EUA (HERRERA-JARAMILLO, 2019, p.97). Referenciado na ideia de harmonia social e sem qualquer questionamento sobre problemas estruturais, o Desenvolvimento de Comunidade era apresentado como uma forma de integrar o “povo” aos projetos governamentais de desenvolvimento (caberia ao governo “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, por meio do apoio técnico). A partir de 1957, o Desenvolvimento de Comunidade passou a ser recomendado para as áreas rurais, como forma de aplicar, por meio da modernização da agricultura, a racionalização econômica capitalista às populações tradicionais, pois acreditava-se que essas populações eram movidas por valores – como as ideias de reciprocidade e redistribuição – opostos às lógicas da economia de mercado (AMMANN, 2003, p.32-33).

Além do Desenvolvimento de Comunidade, a “educação de base” foi outro instrumento de organização social utilizado pela UNESCO, com o intuito

de revitalizar e reproduzir o imperialismo (AMMANN, 2003). A UNESCO percorreu um longo caminho até definir a educação de base como uma forma de: 1) promover, principalmente, a alfabetização; 2) desenvolver formas de pensar e de relacionar-se, por meio da escrita, do diálogo e do cálculo; 3) capacitar profissionalmente; 4) desenvolver artes e ofícios; 5) estimular a higiene pessoal e coletiva; 6) estimular o conhecimento científico do ambiente físico e dos processos naturais; 7) inteirar-se sobre as leis, as formas de governo e a organização econômica e social; 8) conhecer outras partes do mundo e suas populações; 9) reconhecer as qualidades necessárias para viver no mundo moderno, desenvolvendo compreensão e simpatia pelas opiniões diferentes, como também superando o medo e a superstição; 10) desenvolver-se moral e espiritualmente (se aproximando do humanismo – base do pensamento social católico); 11) avaliar e superar comportamentos tradicionais (FÁVERO, 2006, p.22-23). Percebe-se a construção de uma proposta educacional que contribuiria, de uma só vez, para a superação da miséria, do analfabetismo e das doenças, ao utilizar o conhecimento científico para a elevação das taxas de produtividade – entendida como a máxima produção industrial por habitante e a maior produção (toneladas) por menor área possível (BERNSTEIN, 2011, p.18;90) – e, conseqüentemente, melhora no padrão de vida. Cabe ainda destacar a preocupação em atacar os saberes tradicionais, por isso estabelecia-se como público-alvo os adultos, grupo responsável por proteger e reproduzir tais saberes (HERRERA-JARAMILLO, 2019, p.115-116).

Era difícil, nas décadas de 1950 e 1960, conceituar a realidade social sem dialogar com a ideologia da modernização (MENDONÇA, 2010, p.143). Diferentes grupos fizeram leituras próprias desse conceito, como os presidentes brasileiros, os partidos e movimentos de esquerda e a Igreja.

O projeto agrário de 1961

O episcopado brasileiro e Jânio Quadros tratavam a questão agrária brasileira de forma similar. Ambos, pautados pelos referenciais modernizadores defendidos por Washington, consideravam que aumentar a produção agrícola

resolveria os problemas rurais e impediria o avanço dos movimentos de orientação marxista. Desse modo, propunham uma reforma agrária voltada à formação de cooperativas, ao combate único e exclusivo ao latifúndio improdutivo, à promoção da articulação harmônica entre Estado, setores patronais e trabalhadores rurais, à propagação do ensino técnico e à facilidade do acesso ao crédito para que os trabalhadores rurais pudessem adquirir tanto a pequena propriedade privada (considerada fonte de liberdade político-econômica) como os insumos agrícolas (principalmente, inseticidas e maquinários). Esta afinidade ideológica foi materializada na presença de D. Helder Câmara no “Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra” – composto, majoritariamente, por representantes das agências modernizadoras (*Food and Agriculture Organization* (FAO), *International Association for Economic and Social Development* (AIA)², Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)³ e Missão Abbink⁴) – e na criação do MEB. A nosso ver, a criação e as primeiras ações do MEB devem ser analisadas por esse ângulo, compreendendo o movimento como uma interseção entre dois projetos de modernização do campo brasileiro. Como veremos, é possível identificar intenções próprias nessa relação. Por exemplo, aventamos a hipótese de que, para Jânio Quadros, era interessante delegar a educação dos trabalhadores rurais a uma organização privada, pois tal ação representava o seu compromisso com dois dos argumentos presentes na “Mensagem ao Congresso”: a aplicação da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade como ferramenta indispensável para a resolução dos problemas brasileiros e a necessidade de controlar o gasto público com educação. Para Igreja, por sua vez, essa relação demonstraria o seu

² A agência filantrópica AIA foi criada por Nelson Rockefeller, em julho de 1946, com o objetivo de promover a modernização dos países latino-americanos. Ela atuou no Brasil até o ano de 1968 (SILVA, 2009, p.77).

³ A ACAR, por sua vez, foi criada pela AIA, em 1948, para atuar em Minas Gerais, região que oferecia condições extremamente favoráveis para expansão da AIA, uma vez que o governador Milton Campos implementava um plano de industrialização no qual a modernização agrícola era vista como fundamental (SILVA, 2009, p.114).

⁴ “Missão Abbink” era o apelido da Comissão Técnica-Mista Brasileiro-Americana que, em 1948, analisou a economia brasileira, identificando os obstáculos conjunturais e econômicos ao desenvolvimento. Esse apelido ancorava-se no fato de John Abbink ser um dos diretores da comissão (TAPIA, 1986, p.103).

esforço para promover a harmonia entre as classes e reforçava a sua imagem enquanto mediadora universal.

A partir da análise do decreto nº 50.370 de criação do MEB, dos documentos oficiais do movimento e das entrevistas concedidas por suas coordenadoras aos principais jornais da década de 1960, é possível compreender melhor a função do MEB como agente da modernização do campo brasileiro e o seu papel no projeto político do episcopado.

Começamos pelo decreto nº 50.370, que colocava o MEB como organização ligada à Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) – criada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1947 –, à Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)⁵ – criada por Vargas, em 1952, e implementada por Juscelino Kubitschek, em 1956 –, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Saúde. Ou seja, o MEB foi criado para alavancar as experiências de educação de base iniciadas nos governos anteriores, reproduzindo o modelo de educação rural centrado na alfabetização, na capacitação técnica e na adoção de práticas higiênicas – tríade considerada fundamental para conter o avanço do comunismo ao aumentar a produção e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais:

Art. 8º Colaborarão com o MEB os seguintes setores da administração pública federal, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas de atendimento, mediante convênios e a serem firmados

- a) o Ministério da Educação e Cultura especialmente pela Campanha Nacional de Educação Rural, pela Campanha Nacional de Educação de Adultos pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radioeducativo Nacional;
- b) o Ministério da Agricultura especialmente pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de Produção Animal, Serviço de Informação Agrícola, Serviço de Economia Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização;
- c) o Ministério da Saúde pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais especialmente seu Serviço de Educação Sanitária, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária e pelo Departamento Nacional da Criança (BRASIL, 1961).

⁵ A CEAA e a CNER foram as primeiras experiências brasileiras de educação de base sobre influência da UNESCO.

As falas da coordenadora nacional do MEB reforçavam o caráter educacional técnico do movimento. Em 1961, Vera Jaccoud informou às reportagens dos periódicos “A Noite” e “Diário de Pernambuco” que o modelo de educação de base proposto pela Igreja consistia no “conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e do ambiente em que vive, incluindo-se, aí, educação sanitária, iniciação agrícola, alfabetização, informação profissional” (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PLANEJANDO ATIVIDADES NO ESTADO, 14/7/1961, p.8, segundo caderno), bem como ensinar “a ler, a escrever, a contar” (MILHÕES DE ANALFABETOS APRENDERÃO PELO RÁDIO, 4 /4/1961, p.6).

De igual maneira, os documentos oficiais do MEB colocavam como sua “razão de ser” a busca pelos objetivos listados por Jaccoud: “O Movimento de Educação de Base, a ser executado no quinquênio – 1961/1965, tem por objetivo (...) alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional” (MEB, 1961b, p.23).

O texto introdutório da “Apostila de documentos legais do MEB”, publicada em 6 de outubro de 1961, também é elucidativo sobre o compromisso do MEB com a capacitação técnica dos trabalhadores rurais e a intensificação da produção agrícola. Neste documento, o movimento considerava que tal capacitação era fundamental para romper com a marginalização dos trabalhadores rurais, ao transformá-los em consumidores e produtores integrados ao desenvolvimento:

Devemos colocar como um dos mais importantes objetivos a educação do povo. Educação como instrumento de conscientização desse grande contingente humano marginal ainda. Educação que ajude o povo a se integrar na vida nacional. Um povo somente chega a sua maioria/quando todos possuem educação suficiente para serem responsáveis e membros produtivos da comunidade (MEB, 1961b, p.1).

Como mencionamos no início do artigo, não podemos esquecer que, embora contasse com o apoio do governo federal, o MEB era um projeto

gestado e controlado pela CNBB (FÁVERO, 2006, p.5;20). A CNBB elaborou interpretações próprias sobre a educação rural que estavam muito próximas das proposições da UNESCO. Desta forma, o MEB tinha propostas mais abrangentes que a educação associada à aprendizagem de um ofício – pauta demarcadora da “Mensagem ao Congresso”, de JQ. Em 1961, o movimento considerava que a educação rural deveria ser compreendida como uma forma de promover a autopromoção do trabalhador rural por meio do desenvolvimento harmônico da comunidade, entendendo “promoção” como a melhora da qualidade de vida (saúde, moradia e aquisição de bens materiais), a valorização da família e o desenvolvimento moral e espiritual:

O MEB se propõe a desenvolver um trabalho de Educação de Base que consiste em:

1º) Alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere:

à saúde e à alimentação (higiene); ao modo de viver (habitação, família, comunidade); às relações com os semelhantes (associativismo); ao trabalho (informação profissional); ao crescimento espiritual.

2º) Conscientização do povo levando-o a: descobrir o valor próprio de cada homem; despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação; buscar soluções, caminhando por seus próprios pés; assumir responsabilidades no soergimento de suas comunidades (MEB, 1961b, p.1-2).

Em 1966, ao escrever um artigo voltado à apresentação do caminho percorrido pelo MEB durante os seus cinco anos de existência (1961- 1965), Vera Jaccoud apresentou mais pontos do plano político-pedagógico do MEB para o ano de 1961 que reafirmavam a aproximação com os objetivos educacionais da UNESCO. Em linhas gerais, esses pontos versavam sobre a importância de estimular a capacidade do indivíduo de inteirar-se sobre as formas de organização econômica e social, capacitando-o para a utilização eficiente dos meios de produção:

(...) saber utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde; saber utilizar a legislação e os costumes referentes a suas relações de produção e consumo; saber utilizar as operações matemáticas necessárias às suas relações de produção e consumo; conhecer e saber utilizar as

potencialidades econômicas da comunidade em que vive (JACCOUD, 1966, p.3).

Outra característica do MEB que o colocava alinhado às proposições da UNESCO era a utilização da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade como recurso complementar, e inerente, à educação de base. O MEB considerava o Desenvolvimento de Comunidade instrumento fundamental para a promoção da integração do povo aos projetos governamentais de desenvolvimento. Para tanto, previa a organização da população em centros sociais, sindicatos e cooperativas, instrumentos considerados potencializadores do desenvolvimento e da integração, harmônica, dos diferentes setores da sociedade (MEB, 1961c, p.14).

A relação entre o MEB e os agentes modernizadores, nacionais e internacionais, não ficou restrita à esfera ideológica, como veremos a seguir.

As primeiras ações modernizadoras do MEB

Como é sabido pela historiografia, o MEB baseava-se nos princípios e nos métodos das experiências realizadas sob a responsabilidade do episcopado. No caso Pernambucano não foi diferente. A fim de dinamizar e acelerar a implantação do movimento no estado, o MEB decidiu reproduzir as formas de atuação do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER), projeto elaborado pela Diocese de Nazaré da Mata (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PLANEJANDO ATIVIDADES NO ESTADO, 14/7/1961, p.8, segundo caderno), cujos objetivos eram os mesmos do MEB, a saber: garantir uma “educação bem orientada, compreendendo princípios de saúde, higiene, alimentação e vida doméstica e uma nova orientação sobre técnicas e processos de trabalhos”, capaz de “oferecer ao nosso camponês um novo padrão de vida” (DIOCESE DE NAZARÉ INAUGURA O CENTRO RADIOFÔNICO DE EDUCAÇÃO RURAL, 6/4/1961, p.8, segundo caderno). Sendo assim, Vera Jaccoud entrou em contato com o conselho regional do Serviço Social Rural

(SSR)⁶ – o qual havia participado (com pessoal e verba) da implantação do CRER – para que este criasse um plano de ação para o MEB/PE (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PLANEJANDO ATIVIDADES NO ESTADO, 14/7/1961, p.8, segundo caderno). Como consta no balanço dos trabalhos realizados pelo MEB em 1962, o SSR participou ativamente desse plano de atuação, fornecendo pessoal, material e orientação técnica (MEB, 1963d, p.29).

A relação entre o MEB e o SSR não ficou restrita ao estado de Pernambuco. Como previsto pelo decreto nº 50.370, outros núcleos do MEB contaram com apoio financeiro do SSR, a saber: Sergipe, Bahia, Fortaleza, Maceió e Piauí (MEB, 1963d, p.30)⁷. Sobre o último, encontramos os termos do convênio firmado, em 10 de outubro de 1961, entre a CNBB e o Conselho Nacional do Serviço Social Rural. Segundo as cláusulas do convênio, o SSR se comprometia em auxiliar a execução de “um programa de educação popular pelo rádio em Teresina, estado do Piauí”, participando “da seleção e do treinamento dos elementos que atuarão como monitores das Escolas Radiofônicas”, cooperando “na elaboração, orientação e supervisão dos programas educativos, especialmente naqueles que objetivam o desenvolvimento de comunidade” e colaborando “na execução do material didático a ser utilizado nas Escolas Radiofônicas e na aquisição de receptores”. Em troca, exigia que seu nome fosse divulgado “em todas as programações e outras atividades, como órgão contribuinte interessado na execução dos serviços” (MEB, 1961).

Além do SSR, o MEB estabeleceu convênios com o Serviço de Informação Agrícola (SAI) e com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária (SEAV), órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, que, como

⁶ O SSR foi criado em 1955 – tendo sua criação gestada em 1953, no Seminário Regional de Bem-Estar Rural, evento patrocinado pela ONU e pela Universidade Rural do Brasil. O SSR aplicava os métodos do Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 2003, p.35).

⁷ Trecho do decreto que previa tal colaboração: “f) serão considerados órgãos cooperadores, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o serviço Social Rural, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência da Valorização da Amazônia” (BRASIL, 1961).

sabemos, era controlado pelo patronato rural⁸ (MEDEIROS, 2010). Segundo os termos do convênio firmado entre o Ministério e o MEB, a SEAV cooperaria com os “treinamentos de Supervisores e Monitores promovidos pelo MEB, através da participação de seus técnicos especializados” e colaboraria “na elaboração de programas radiofônicos no que diz respeito à agricultura, pecuária, avicultura, etc.” (MEB, 1961a). O SIA, por sua vez, garantiria a maior participação do MEB “nos clubes agrícolas e nas semanas ruralistas” (MEB, 1961a), forneceria publicações (MEB, 1963d, p.29) e auxiliaria o movimento na instalação de Centros Sociais e de cursos vocacionais para atividades agrícolas (MEB, 1961d, p.15).

Em seu primeiro ano de atuação, o MEB também se aproximou da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR)⁹, da UNESCO, da CNER, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰ e do Ponto IV¹¹. Sobre as relações tecidas com os três últimos, temos poucas informações, apenas sabemos que a colaboração com a CNER foi mais estreita e efetiva em Petrolina e na Bahia (MEB, 1963d, p.30); que “procurou sempre o MEB/PE entrar em contato, visando mútua colaboração”, com a SUDENE (MEB, 1963d, p.30); e que a colaboração com o Ponto IV não logrou êxito (MEB, 1963a, p.4), apesar do comprometimento inicial com a “continuação e ampliação dos trabalhos iniciados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações rurais” – organização pioneira no uso da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil (MEB, 1961d, p.15).

⁸ No geral, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) defendiam que a modernização do campo, nesses termos, demonstraria não ser necessário realizar reformas estruturais no campo (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p.77).

⁹ A ANCAR foi fundada em 16 de fevereiro de 1954, como parte do processo de expansão da experiência da AIA/ACAR para os estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe (SILVA, 2009, p.184-185).

¹⁰ Dialogando com os argumentos modernizadores, Celso Furtado (secretário executivo dessa autarquia) defendia a realização de uma reforma agrária pautada na pequena propriedade privada, como forma de garantir a industrialização do país (TOLEDO, 2004, p.17).

¹¹ Durante o governo Vargas, o programa Ponto IV foi instaurado no Brasil, a partir da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. O principal resultado dessa cooperação foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (RIBEIRO, 2006,p.41) e do SSR (AMMANN, 2003, p.35).

Com relação aos contatos estabelecidos com a ANCAR e a UNESCO, possuímos mais informações. Começamos pela ANCAR, instituição com quem o MEB/BA e o MEB/PE estabeleceram acordos (MEB, 1963d, p.30). A notícia veiculada pelo periódico “Diário de Pernambuco” é ilustrativa sobre o papel assumido pelo MEB nessa articulação. Segundo consta no jornal, o MEB colaborou com a ANCAR no que se refere ao treinamento de líderes rurais em Caruaru. O objetivo do treinamento “foi a seleção das pessoas que, de fato, podem atuar de imediato no seu meio, visando um melhorando socioeconômico, dando-lhes conhecimentos sobre a melhor maneira de trabalhar com Grupos e Clubes” e “propiciando-lhe condições de vida melhor e maior rentabilidade no seu trabalho agrícola” (ANCAR EM CARUARU ESTÁ TREINANDO LÍDERES RURAIS, 28/07/1962, p.5, segundo caderno).

Com relação à aproximação com a UNESCO, esta ocorreu durante a viagem de um membro da Equipe Técnica Nacional à França – a convite do governo francês. Na ocasião, o integrante aproveitou para visitar a Itália, o Marrocos e o Senegal, regiões em que estabeleceu “contatos com diversas entidades que desenvolvem atividades no campo de Cultura Popular, Educação de Base, Desenvolvimento de Comunidades, Animação Rural”, participou de “treinamentos para a formação de quadros com função educativa, junto a adultos de meio operário ou rural” e “realizou estágios, observações, iniciando ou fortalecendo diálogo de caráter permanente ou regime de colaboração, já que, como o MEB, essas organizações, na sua maioria, se voltam para um trabalho de democratização da cultura e promoção do homem”. Segundo consta no balanço dos trabalhos realizados pelo movimento em 1962, uma dessas organizações contatadas era a UNESCO (MEB, 1963d, p.15).

Viver é lutar

Ao longo do ano de 1962, o MEB passou por um processo de reestruturação dos seus objetivos e instrumentos de ação, articulando pontos da ideologia da modernização à preocupação com justiça social, distribuição de renda, defesa do acesso à pequena propriedade, participação política dos trabalhadores rurais e crítica ao imperialismo. A “Apostila 2 série A”, na qual o

movimento discutiu os conceitos de “subdesenvolvimento” e “cultura popular”, a relação entre “educação de base e desenvolvimento comunitário” e a importância das “caravanas”, demonstra alguns pontos dessa inflexão.

A apostila é inaugurada com a utilização da teoria populacional neomalthusiana para explicar a fome:

A humanidade cresce rapidamente, todo mundo o sabe; mas poucos homens têm consciência da rapidez deste progresso e, poucos também, são os angustiados pelas conclusões que deste fato se deveria tirar. Examinando a situação do mundo atual, chegamos à conclusão de que, apesar de todo o progresso científico e técnico que o homem do século XX atingiu, mais da metade da população do mundo é faminta ou mal alimentada e grande parte ignora ou pelo menos desconhece os benefícios deste progresso (MEB, 1962, p.1).

A solução apresentada pelo MEB para o problema da fome era a mesma indicada pelos modernizadores: aumentar a produtividade agrícola por meio da mecanização, do uso de fertilizantes, da aplicação de técnicas modernas (que diminuiriam o desgaste do solo) e da propagação da educação de base – “a que se deve dar ao homem subdesenvolvido para capacitá-lo a atuar no processo do desenvolvimento” (MEB, 1962, p.8). Acreditava-se que assim seria possível reverter “o baixo nível de instrução, o elevado índice de analfabetos, a falta de operários qualificados” (MEB, 1962, p.3) e a deficiência na assistência médico-sanitária, que “encerram o indivíduo em círculo vicioso: nada consegue porque é doente e é doente porque nada tem” (MEB, 1962, p.4); e impedem o Brasil de fabricar, “segundo o exemplo dos países ocidentais”, “máquinas agrícolas, fertilizantes e combustíveis” (MEB, 1962, p.2).

Até aqui, nada de novo. Porém, pontos da encíclica “Mater et Magistra” (1961), esquecidos nas primeiras ações do movimento, passaram a fazer parte das propostas e considerações do MEB para, e sobre, o campo brasileiro. Por exemplo, embora reconhecesse a incapacidade técnica como causa principal da deficiência industrial e agrícola, considerava fundamental o governo agir para a redução da desigualdade entre áreas industrializadas e agrícolas, por meio de “um planejamento que leve em conta toda a população,

todas as regiões e vise principalmente ao desenvolvimento do país” (MEB, 1962, p.3).

A apologia ao salvacionismo tecnológico era acompanhada da defesa da distribuição da renda, de modo que a riqueza resultante do aumento da produtividade agrícola não ficasse concentrada na mão de algumas pessoas ricas:

O aumento da renda “per capita” não indica propriamente desenvolvimento. Pode até significar um maior acúmulo de riquezas nas mãos de alguns e o maior empobrecimento de outros, criando condições de miséria e de verdadeira degradação humana para uma grande maioria, enquanto uns poucos crescem e progridem na escala social (MEB, 1962, p.4).

Ao mesmo tempo em que reivindicavam a mudança de hábitos tradicionais (ser subdesenvolvido “é ser extremamente conservador nos seus hábitos, tradições, costumes e métodos” (MEB, 1962, p.5.)), atentavam para a necessidade de mudar o “‘coronelismo’ do interior”, o “‘clientelismo’ das cidades”, a “posição de inferioridade que a mulher ocupa na sociedade” e as “relações entre patrão e empregado” (nas “zonas agrícolas há verdadeira atitude de subordinação do empregado para com o patrão e um grande paternalismo por parte deste”) (MEB, 1962, p.5).

Outra mudança foi a crítica incisiva às relações imperialistas, considerando que os países de desenvolvidos, “às vezes cheios de ambições e de ódios”, impunham sua vontade e seus interesses (MEB, 1962, p.3):

Os países subdesenvolvidos são tributários dos países desenvolvidos na aquisição de bens e equipamentos. Essas aquisições tornam-se praticamente impossíveis, quando, por exemplo, após uma guerra, os países fornecedores estão empenhados em sua própria reconstrução;

Os países desenvolvidos opõem, muitas vezes, restrições à exportação dos capitais necessários à industrialização dos países subdesenvolvidos;

Os países desenvolvidos impõem diversas restrições à modernização dos países menos desenvolvidos. Há também tendência de se fazer dos países subdesenvolvidos apenas fornecedores de matéria prima (MEB, 1962, p.3).

Apesar de continuar discorrendo sobre a educação de base a partir da “perspectiva da autopromoção” (MEB, 1962a, contracapa), a “Apostila 2 série

A” introduziu objetivos de ordem cultural e política ao conceito, a saber: a superação da aceitação e desejo de imitação dos povos economicamente desenvolvidos (MEB, 1962, p.3); a formação de cooperativas e de sindicatos como meio para alcançar a melhora da qualidade de vida, não somente pela dinamização da produção mas também pela garantia da aplicação da legislação trabalhista; a formação política dos alunos, trabalhando a “educação cívico-social” como forma de situá-los enquanto sujeitos de direitos e estimular a participação política; a estrutura agrária passou a ser considerada uma das causas do subdesenvolvimento brasileiro, classificada como “injusta e obsoleta (...) uma consequência da política exercida pelas metrópoles nas diversas colônias” (MEB, 1962, p.2).

O texto “Reforma Agrária” (1962), escrito por Vera José Olímpio, igualmente evidencia a mudança pela qual passou o movimento. Olímpio defendia que a solução dos problemas rurais passava pelo acesso a pequena propriedade – enfatizando seu papel produtivo e emancipador – e pela mudança da mentalidade dos trabalhadores rurais, que, educados nos termos da nova definição de educação de base (apresentada no parágrafo anterior), atuariam como protagonistas da reforma agrária. Ademais, indicava que os trabalhadores rurais, mesmo sendo os personagens principais da mudança, necessitariam de contar com o apoio de iniciativas privadas e do Estado – que deveria garantir financiamentos, aperfeiçoar a rede de transportes e facilitar o acesso às sementes. Uma proposta, segundo a autora, de tipo “democrático”, que estabelecia a harmonia entre as classes e “respeita a propriedade privada, mas insiste na sua finalidade social” (MEB, 1962d, p.2):

De início queremos esclarecer que a reforma agrária não se apresenta como uma simples distribuição de terras, mas significa muito mais uma mudança completa da vida rural, quer dizer uma transformação de estrutura e mentalidade. Daí ter de ser uma necessidade sentida pelo povo para que, por ele mesmo possa ser realizada, e não imposta de “cima pra baixo”. As características da reforma agrária devem apresentar, antes de tudo, uma rápida valorização do homem pelo acesso à propriedade. Não podemos deixar de determinar o objetivo a alcançar. A justiça social que melhor se obteria pela formação de comunidades. As iniciativas privadas devem ser fortalecidas como também o direito de

associação e não contar e esperar tudo do Estado. Não podemos prescindir da adaptação e da educação da massa campesina (...) O trabalhador do campo permanece sem o amparo das leis; sem proteção quanto ao transporte, semente, financiamentos, instrumentos agrícolas e reprodutoras (MEB, 1962d, p.1-3).

Cabe ainda destacar a crítica que Olímpio fez às iniciativas de reforma agrária implementadas no Brasil. Segundo a autora, estas eram assistencialistas, que “jamais dariam lugar a uma mudança da estrutura rural”. Entre os responsáveis por tais iniciativas, ela lista instituições que, como vimos, atuaram em conjunto com o MEB: SSR, ANCAR e CNER (MEB, 1962d, p.3).

O texto de Vera José Olímpio serviu de base para os debates realizados no I Encontro de Coordenadores do MEB (1962). Entre os dias 5 e 15 de dezembro de 1962, “coordenadores nacionais e estaduais, professoras-locutoras e convidados” reuniram-se na cidade de Recife para fazer um balanço sobre os dois primeiros anos de atuação do movimento (MEB, 1962a, p.I). As conclusões do Encontro, enviadas aos bispos e arcebispos, evidenciam a solidificação do processo de transformação. Nas conclusões, destaca-se a necessidade do MEB criar uma apostila própria, alinhada aos novos interesses do movimento. Na opinião dos presentes, as cartilhas utilizadas eram “obsoletas” e os conteúdos das aulas eram “teóricos e utópicos, desligados da realidade”; incapazes de promover a “conscientização” ou a “politização”; mostravam “muito mais os deveres do que os direitos do povo”; utilizavam “personagens que ridicularizam a ignorância”, as “deficiências” e as “maneiras próprias de expressão” do povo; e, “na maioria das vezes, não transmitem mensagem alguma” (MEB, 1962a, p.2; p.15; p.16; p.17).

Outra crítica presente nas conclusões diz respeito à ausência de incentivos à organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e cooperativas. A questão sindical exige a produção de outro artigo científico. Por agora, foquemos na questão das cooperativas. A cooperativa era considerada, pelas cartas pastorais e pelas encíclicas, instrumento fundamental para a transformação da realidade rural. Caminho que, segundo os participantes do Encontro, não havia sido “devidamente valorizado nos trabalhos anteriores” do

MEB (MEB, 1962a, p.4). A insatisfação com relação a esse aspecto levou a Comissão de Cooperativismo do MEB a escrever, no contexto do Encontro, uma carta de protesto, assinada por Pe. Aloíso, Rita e Aída. Esta carta criticava a forma pela qual a formação de cooperativas estava sendo preterida pelo movimento, que, segundo os reclamantes, demonstrava não possuir “preocupações no campo da atividade econômica” e negava a capacidade desse instrumento de “levar o homem a uma consciência comunitária e a uma copropriedade na empresa” (MEB, 1962c). Respondendo aos reclames, o Encontro concluiu pela importância de contar com as cooperativas como meio de potencializar o desenvolvimento de comunidade e a participação política dos trabalhadores (MEB, 1962a, p.2). Nas palavras do movimento: meio de suscitar “o desenvolvimento da responsabilidade comunitária, levando em conta a autopromoção do homem na comunidade e despertando-o para sua inserção no contexto local, regional, nacional e internacional”; e “despertar as comunidades para que exijam e assumam as reformas necessárias à mudança de estrutura” (MEB, 1962a, p.3-4). Como caminho para a introdução e formação das cooperativas, recomendavam que fossem formados clubes de vendas, “visando possibilitar aos alunos a aquisição de pilhas e outros materiais indispensáveis ao funcionamento das escolas radiofônicas e como início de uma educação cooperativista” (MEB, 1962b, p.6).

Buscando organizar essas mudanças e elaborar um material próprio de caráter nacional, formou-se “um grupo de trabalho, constituído por elementos do MEB Nacional e professores de experiência no movimento de diversos estados do nordeste” (MEB, 1964, p.3). O resultado dessas reuniões foi a criação da cartilha “Viver é lutar”. Publicado em 1963, esse material abordava, como temas das lições, os principais pontos defendidos pela “Mater et Magistra”.

O primeiro deles era o incentivo à promoção conjunta – nos termos da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade –, que deveria ser alcançada por meio do trabalho, da obtenção das condições para produção (acesso a terra e insumos) e da formação de cooperativas, como indica a lição 25:

25ª Lição

Os trabalhadores preparam a terra para fazer roçado.
 O que tiram da roça não dá para nada.
 Por que muitos vendem a safra antes da colheita?
 Por que o intermediário fica com o lucro?
 Por que comprar tudo caro no barracão ou na venda?
 Por que os grandes controlam o preço de nossa safra?
 Basta lastimar sem fazer nada?
 Os trabalhadores podem mudar este sistema.
 É preciso cooperação.
 O grito dado por cem vai mais longe do que o grito dado por um.
 É fácil quebrar uma vara; difícil é quebrar um feixe.
 Por que não organizar cooperativas?
 É PRECISO COOPERAÇÃO
 (MEB, 1963e, p.50).

O segundo princípio era a defesa da justiça social como característica principal do crescimento econômico, expressada na redução da desigualdade, nas condições mínimas de moradia, no acesso a alimentação adequada, no combate a concentração fundiária e no salário justo:

10ª Lição

Este homem é operário.
 Ele vive do salário.
 O salário não dá para nada.
 O Brasil tem muitos operários.
 O operário sofre injustiça.
 Sofre injustiça como o camponês.
 O operário e o camponês são homens.
 Eles têm direito de viver como gente.
 ELES TEM DIREITO DE VIVER COMO GENTE
 (MEB, 1963e, p.20).

O terceiro era a valorização de aspectos morais e religiosos:

7ª Lição

Ao homem não basta comida.
 Não basta casa e salário.
 O homem precisa de Deus.
 Deus é Justiça e Amor.
 Deus quer Justiça entre os homens.
 Deus quer Amor entre os homens.
 DEUS É JUSTIÇA E AMOR
 (MEB, 1963e, p.14).

O quarto era a caracterização do indivíduo como sujeito de direitos e como agente político, que, por meio do voto, garantiria a melhora na qualidade de vida:

20ª Lição
 Como são as eleições no Brasil?
 Muitos eleitores votam no candidato do patrão.
 Muitos votam a troco de sapato, roupa, remédio...
 Outros votam a troco de emprego ou dinheiro.
 Esta situação pode continuar?
 Voto é consciência.
 Voto é liberdade.
 Consciência não se vende.
 Liberdade não se compra.
CONSCIÊNCIA NÃO SE VENDE.
LIBERDADE NÃO SE COMPRA
 (MEB, 1963e, p.40).

O quinto princípio era o respeito aos costumes autóctones, valorizando a autonomia cultural:

24ª Lição
 A arte popular é cultura.
 Tudo que o homem inventa e faz é cultura:
 casa, roçado, sapato, fogão de barro...
 Tudo isto é criação.
 O homem é criador.
 Os costumes do povo são cultura.
 Estudando, o povo também faz cultura;
 aprende a conservar e melhorar seus costumes.
 Um povo só marcha para libertação,
 quando caminha com sua cultura.
TUDO QUE O HOMEM INVENTA E FAZ É CULTURA
 (MEB, 1963e, p.48).

O sexto era a crítica ao imperialismo, responsabilizando-o pela carestia e pela exploração do povo:

26ª Lição
 O povo fala sempre:
 “O dinheiro não vale nada!”
 “Tudo sobe dia-a-dia!”
 “Compramos tudo pela hora da morte!”
 Quem marca o preço da mercadoria?
 Por que quando o salário sobe, piora ainda mais a carestia?
 Por que o trabalhador não tem o fruto de seu trabalho?
 Quem está lucrando com isto?
 O povo do Brasil é um povo explorado.
 Explorado não só por brasileiros.

Há muitos estrangeiros explorando a gente.
 Como libertar o Brasil desta situação?
 COMO LIBERTAR O BRASIL DESTA SITUAÇÃO?
 (MEB, 1963e, p.52).

Encontramos *scripts* dos programas radiofônicos transmitidos em 1963 pelas escolas radiofônicas ligadas ao MEB/Recife, que, igualmente, reproduziam esta nova forma de pensar a educação de base (MEB, 1963c, p.11). Sobre as aulas irradiadas pelo MEB/Recife, particularmente nos interessa o “Material para a 7ª aula de Educação Política”, pois versava sobre a natureza da reforma agrária defendida pelo MEB. Classificando a concentração fundiária, a desigualdade socioeconômica e o poder extraeconômico do latifúndio como os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, o material defendia que o aumento da produção e a melhora da qualidade de vida do trabalhador rural só seriam alcançados por meio de uma reforma agrária baseada na participação dos trabalhadores nos lucros da produção e no acesso à pequena propriedade privada e aos insumos produtivos (maquinário e crédito), cujos futuros congressistas camponeses – eleitos pelo voto dos trabalhadores rurais “esclarecidos” – seriam os responsáveis por implementar.

A reforma agrária é importantíssima para o Brasil, e tem que vir de todo jeito, na lei ou na marra... A reforma agrária tem que vir depressa, porque como o governo não tem auxiliado o campo, a produção está caindo. O problema, porém, não é só aumentar a produção dos alimentos e das riquezas ao mesmo tempo que se deve aumentar as riquezas que se deve pensar em dividir (...) O problema mais sério para o campo é a grande propriedade, o latifúndio. No campo as terras estão nas mãos de poucos, enquanto muitos homens não tem terra (...) É muito difícil a Câmara aprovar um plano bom de reforma agrária porque a maioria dos políticos são latifundiários, são donos de muitas terras. Por isso, a gente não pode eleger latifundiários, nem os candidatos deles. Se a gente quer reforma agrária verdadeira, tem que eleger quem conheça os problemas do camponês. Ninguém conhece esses problemas melhor que nós mesmos. Por isso, já nas próximas eleições para vereador, a gente tem que escolher camponeses. Se a gente não fizer isso, nunca haverá uma Reforma Agrária verdadeira (MEB, 1963c, p.41-42).

É interessante notar que o MEB/Recife se apropriou da palavra de ordem das Ligas Camponesas – “reforma agrária na lei e na marra” – para classificar seu projeto de reforma de agrária, muito embora suas ações não tivessem nenhuma semelhança, ou proximidade, com as estratégias políticas das Ligas. Nossa hipótese é de que a mudança nas propostas do MEB para o campo brasileiro deve ser interpretada como uma tentativa de acompanhar o processo de radicalização dos trabalhadores rurais, que cada vez mais se fortaleciam e pautavam o debate político por meio da atuação nas Ligas Camponesas. A adesão à proposta de reforma agrária defendida pelas Ligas fez com que o PCB alterasse seus discursos direcionados aos trabalhadores rurais, substituindo o tom mais moderado das declarações do Comitê Central pela “radicalidade” (PORPHIRIO, 2017). Com o MEB não foi diferente. Para neutralizar a linguagem de resistência era preciso dialogar com a retórica utilizada pelo seu principal vocalizador, as Ligas Camponesas¹².

Agentes do MEB atentavam para o protagonismo político dos trabalhadores rurais. Vera José Olímpio, em seu texto “Reforma Agrária”, fez as seguintes colocações: “aos poucos começa o homem do campo a tomar consciência dos seus problemas. E há já vários movimentos que provam realmente a força e o desejo de libertação” (MEB, 1962d, p. 4).

Aos bispos das dioceses onde existiam núcleos do MEB era distribuída, junto com o material “Viver é lutar”, uma carta escrita por D. José Vicente Távora. Nessa carta, o bispo tinha clareza da necessidade do discurso da Igreja dialogar com as conquistas dos trabalhadores rurais: “Deus nos livre que a Igreja, mais hoje mais amanhã, apareça, diante do grupamento de camponeses, como elemento de contenção, como elemento de impedimento à justa promoção que o camponês está adquirindo no nosso país” (MEB, 1964, p.8).

Além dos aspectos supracitados, outros dois respaldam essa hipótese: o fato da cartilha “Viver é lutar” ter sido construída para o Nordeste (MEB, 1964,

¹² Utilizamos o termo “linguagens da resistência” para nos referirmos às formas pelas quais as classes oprimidas falam sobre política, com o objetivo de exprimir sua leitura do mundo – em especial sua interpretação sobre as formas de exploração que enxergam estar submetidos – e de intervir e alterar traços da estrutura hegemônica.

p.1) (região onde as Ligas estavam consolidadas (MORAIS, 1969, p.66-67)), e a fala de Padre Crespo sobre a forma pela qual a conjuntura política foi analisada por alguns membros da Ação Popular (AP) – base do MEB, cuja contribuição para a reestruturação do movimento é reconhecida por Fávero (2006, p.44)¹³.

(...) Ação Popular, que, num determinado momento, por forças das circunstâncias políticas do país – não quer dizer toda ela, mas um grupo de AP – achou o seguinte: “Nós temos que participar da tomada do poder. O poder vai ser tomado pelas forças populares. Entre eles estão os comunistas”. Temos que fazer uma frente única para participar do poder para fazermos alguma coisa. Se deixarmos que somente eles tomem conta, então vai ser um desastre. Então, nós cristãos, de AP, vamos entrar nessa jogada para, lá dentro, podermos participar disso aí e, dentro do governo, fazermos alguma coisa que salve alguma coisa (CRESPO, 1978, p.33, grifos no original).

A AP foi criada em 1962 e logo se definiu pela autonomia em relação à hierarquia católica, pelo apoio às lutas dos camponeses e pelo socialismo. Porém, o tipo de socialismo defendido pela AP não era o de inspiração marxista, e sim baseado em uma orientação profundamente humanista (GORENDER, 1990, p.37). Os membros da AP defendiam que a eliminação dos conflitos viria por meio da promoção do bem-estar social. Esse bem-estar, por sua vez, surgiria a partir da substituição das estruturas de dominação por outras que contribuíssem para a harmonização (KADT, 2007, p.117). Percebe-se que, nas proposições da AP, a harmonização das relações não aparecia como um meio de ação ou como passível de ser alcançada no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a AP era contrária a qualquer tipo de “harmonização social” entre latifundiários e camponeses (RICCI, 1999, p.64-66). Outra diferença com relação aos católicos conservadores diz respeito à análise dos problemas rurais. Diferentemente dos católicos conservadores, a AP não apontava a fome ou a questão técnica como os problemas dos trabalhadores

¹³ Segundo Gorender (1990, p.37), a AP era uma organização plural, que contava com a participação de católicos, protestantes, pessoas sem confissão religiosa e sujeitos com formação marxista.

rurais, mas sim a dominação feudal e imperialista no Brasil, as disparidades regionais e a propriedade privada.

O MEB era fortemente controlado pelos bispos, que escolhiam, junto com os padres, os membros das equipes: “a maioria dos bispos, em cujas dioceses operava um sistema [radioeducativo], considerava-se responsável ao menos pela linha doutrinária da equipe” (KADT, 2007, p.168-169). Entretanto, apesar dos esforços dos bispos conservadores, membros da AP atuaram na base do movimento, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas. Segundo Fávero, o 2º Encontro Nacional de Coordenadores do MEB (1964) reconheceu que os militantes da base do movimento tinham relações próximas com a AP e que estes transferiam para o MEB as diretrizes dessa organização. Ao que tudo indica estas transferências aconteceram mais no trabalho de base. No que se refere aos documentos oficiais, suas pautas não foram incorporadas, a força do episcopado prevaleceu, ficando o progressismo do MEB restrito à adoção dos aspectos mais progressistas da encíclica “Mater et Magistra” e à neutralização da linguagem de resistência¹⁴.

A manutenção das relações com os agentes modernizadores

O MEB utilizou a linguagem e as palavras de ordem evocadas pelas Ligas e pelo PCB com a intenção de neutralizá-las, para então ressignificá-las de acordo com os referenciais da “Mater et Magistra”, defendendo a harmonia de classes, a participação política dos trabalhadores rurais a partir da filiação em sindicatos cristãos conservadores, a formação de cooperativas e a fundação de escolas como instrumentos para a promoção da autopromoção comunitária, a implantação de salário justo, a aplicação da legislação trabalhista, a redução das desigualdades sociais, a capacitação técnica e o acesso à pequena propriedade e aos insumos (crédito e maquinário) como caminhos para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, a crítica

¹⁴ Na tentativa de falar a linguagem de resistência, outros temas e ideias aglutinadoras passaram a fazer parte dos materiais do MEB. O movimento se apropriava de uma das principais linguagens do *Terra Livre* e do *Liga*: a união como recurso fundamental para a conquista de mudanças no campo, além de defender o direito de greve (PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS TRABALHADORES DO CAMPO, junho de 1961, p.2; GUIA DO CAMPONÊS, 16/10/1962, p.5).

ao imperialismo usurário, o direito natural e sagrado da propriedade privada. Porém, no contexto de polarização política do Brasil pré-golpe de 1964, tal proposta de reforma do capitalismo foi considerada “subversiva” (A ARMADILHA PSICOLÓGICA, 28/02/1964, p.3). Além disso, é imperioso observar que o MEB continuou atuando em conjunto com as instituições citadas no terceiro tópico. Segundo o Relatório Anual de 1963, o MEB manteve relacionamento, em nível de troca de experiências, com a ABCAR, a ANCAR, a SUPRA¹⁵, o SAI (que continuou “fornecendo grande número de publicações para distribuição aos sistemas”) e com a UNESCO, participando de curso prático de audiovisual ofertado pelo Centro de Pesquisas Educacionais da agência em São Paulo (MEB, 1964a, p.73-76).

Outro agente modernizador com quem o MEB tentou realizar “entendimentos para o estabelecimento de um convênio de ajuda financeira” foi a *United States Agency for International Development (USAID)*, “convênio esse que não se efetivou por dificuldades de ordem administrativa” (MEB, 1964a, p.73). O “Boletim do MEB” traz mais detalhes sobre as dificuldades encontradas para a construção desse acordo. Segundo o relatado, o movimento foi procurado, em 1962, por representantes da embaixada americana para assentar “as bases para um convênio entre a Presidência da República, a USAID e o MEB, visando a implantação de um programa que permitisse a ampliação” das “atividades de educação fundamental, inclusive pela televisão, com emissoras de TV em Natal e Aracaju”. Durante quatorze meses as três partes negociaram as minutas do acordo, até que no “mês de maio de 1963, faltando apenas vinte dias para o encerramento do ano fiscal da administração pública norte-americana” o MEB foi informado de que deveria, naquele momento, entrar com 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros e a USAID com 230 milhões para que o programa de 1964/65 pudesse ser executado. O MEB não dispunha “nem do dinheiro, nem de previsão certa para o compromisso” (o movimento “vinha julgando possível contar com as verbas federais, nesse

¹⁵ Em 11 de outubro de 1962 foi criada a SUPRA, entidade que absorveu as atribuições, o pessoal e o patrimônio do SSR, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INC) e do Estabelecimento Rural do Tapajós.

montante, até 1964, em tempo útil, o que foi visto posteriormente não ser possível concretizar”). Frente a esse quadro, o MEB propôs aos representantes da USAID e da SUDENE “o adiamento da assinatura do convênio para o posterior exercício fiscal da USAID” (MEB, 1963a, p.4-5). Segundo Fávero, as conversas continuaram, mas, em 1964, às vésperas da assinatura do contrato, o acordo foi suspenso por iniciativa da diretoria executiva do MEB, receptiva aos “apelos dos coordenadores mais conscientes”, que atentaram para “a contradição que aquele convênio significaria em relação à linha de trabalho do MEB, e a desconfiança que certamente acarretaria por parte dos camponeses” (FÁVERO, 2006, p.103) – atrapalhando os objetivos neutralizadores do movimento –, visto que a USAID era o braço operacional da Aliança para Progresso (RIBEIRO, 2006)¹⁶.

Em outras palavras, apesar dos esforços conservadores para classificar o MEB como uma força socialista, percebe-se que o progressismo do movimento estava muito bem delimitado. Entre 1962 e 1964, o MEB assumiu uma posição reformista cristã. Nesse sentido, o movimento reproduzia as propostas agrárias da “Mater et Magistra” (a encíclica modernizadora.) Ademais, destaca-se a participação de diferentes agentes (internacionais e nacionais) no treinamento dos membros do MEB e na elaboração dos conteúdos dos seus programas radiofônicos, agentes estes que estavam conectados e imbuídos do mesmo espírito “civilizador” de modernizar o campo brasileiro e, assim, conter o avanço de “ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade”, sem que fosse necessário promover reformas estruturais no campo.

Considerações finais

Em linhas gerais, identificamos duas fases do MEB, no que se refere às interpretações sobre a natureza da reforma agrária. Em 1961, o MEB encontrava-se em sua fase modernizadora, quando estava muito mais próximo

¹⁶ A USAID foi utilizada pelo governo estadunidense para minar, de diferentes formas, a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste. Na interpretação estadunidense, uma revolução no Nordeste significava a perda do Brasil e, quiçá, da América do Sul, para o socialismo (PAGE, 1972, p.29).

dos argumentos episcopais nacionais, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais). Em 1962, o MEB iniciou a sua fase progressista, quando se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica “Mater et Magistra”, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores (por meio do voto, dos sindicatos e das cooperativas), a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas. Com a instauração da ditadura civil-militar em 31 de março de 1964, o MEB retomou um projeto de educação centrado na capacitação técnica dos trabalhadores rurais, colocando-se como apoiador do projeto de modernização agrícola empreendido pelo governo militar. Apesar de replicar, em todas as fases, a ideologia da modernização e interagir com diferentes agentes modernizadores, o MEB representava um projeto político da hierarquia católica, que, em linhas gerais, colocava a moral e a religião como valores mais importantes que os interesses materiais (recurso fundamental para classificar a Igreja como a única instituição apta a guiar o desenvolvimento dos povos).

Da mesma forma que procurava dialogar com a classe dominante – demonstrando estar apto a interpretar os anseios dos dominados para os dominadores –, o MEB buscava mostrar-se capaz de interpretar a dominação para os dominados. Nesse sentido, o MEB interagia com a linguagem de resistência do período (como o método Paulo Freire e a “reforma agrária na lei ou na marra”) para produzir outra linguagem ou propor que essa linguagem fosse usada de uma nova maneira. Nos pontos analisados neste artigo, as intencionalidades do movimento diziam respeito à defesa de um projeto de reforma agrária pautado no acesso dos trabalhadores rurais a propriedade

privada, previdência social, assistência médica, educação técnica e saúde; à indicação da função propulsora do cooperativismo rural; à transformação de signos político-revolucionários em termos monovalentes, tentando “desarmar o dominado apresentando-lhe sua própria imagem como passividade completa” (ROMANO, 1979, p.36).

Por fim, embora tenhamos destacado a importância das mudanças conjunturais para a virada progressista, não podemos negligenciar questões internas do MEB, como a maior influência da AP na construção da agenda do movimento.

Referências

- A ARMADILHA PSICOLÓGICA, **O Globo**, Rio de Janeiro, 28/02/1964, p.3.
- ADRIANO, Ione Gomes. **O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966)**. 2012. 196p. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC. Goiânia, 2012.
- ALVES, Kelly Ludkiewicz. **Entre as cartas e o rádio**. 2016. 160p. Tese (Doutorado em Educação). PUC. São Paulo, 2016.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANCAR EM CARUARU ESTÁ TREINANDO LÍDERES RURAIS, **Diário de Pernambuco**, Recife, 28/07/1962, p.5, segundo caderno.
- ARGOLO, Idália Maria Itibiriçá. **A Educação à distância no Estado da Bahia - 1961-1979 - MEB, SERTE e a criação do IRDEB**. 2010. 135p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNEB. Salvador, 2010.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- BEZERRA, Viviane. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**. 2008. 210p. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 50.370**, 1961.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985, p.68-109.

CÍRCULO DE BAKHTIN. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro. CPDOC, 1990.

DIOCESE DE NAZARÉ INAUGURA O CENTRO RADIOFÔNICO DE EDUCAÇÃO RURAL, **Diário de Pernambuco**, Recife, 6/4/1961, p.8, segundo caderno.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GUIA DO CAMPONÊS, **Liga**, Rio de Janeiro, 16/10/1962, p.5.

HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. **La invención de la educación fundamental integral**. 2019. 270p. Tese (Doutorado em História). USP. São Paulo, 2019.

JACCOUD, Vera. **Movimento de Educação de Base (M.E.B.)**, 1966.

JOÃO XXIII. **Mater et Magistra**, 1961.

KADT, Emanuel. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEB. **Convênio entre o Conselho Nacional de Serviço Social Rural e a CNBB**, 1961.

MEB. **Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Conferência Nacional dos bispos do Brasil**, 1961a.

MEB. **Documentos Legais – Apostila 1, série A**, 1961b.

MEB. **Evolução da educação de base e o desenvolvimento comunitário (Apostila 2)**, 1961c.

MEB. **Projeto de criação**, 1961d.

MEB. **Apostila 2 - série A**, 1962.

MEB. **I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)**, 1962a.

MEB. **I Encontro de Coordenadores (Conclusões II)**, 1962b.

MEB. **I Encontro de Coordenadores (Protesto)**, 1962c.

MEB. **Reforma Agrária**, 1962d.

MEB. **Apostila 6 – Série A**, 1963.

MEB. **Boletim MEB**, nº 1, 1963a.

MEB. **Boletim do MEB**, nº2, 1963b.

MEB. **Série Programas de Educação Política**. Recife, 1963c.

MEB. **Trabalhos realizados em 1962**, 1963d.

MEB. **Viver é lutar**, 1963e.

MEB. **Conjunto Didático Viver é lutar**, 1964.

MEB. **Relatório Anual de 1963**, 1964a.

MEDEIROS, Leonilde. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.113-136.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana. **Tempo**. Niterói, v.15, p.139-165. 2010.

MENEZES, João Paulo Dias de. **O Movimento de Educação de Base no período 1961-1964**. 2017. 221p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). UFPE. Recife, 2017.

MILHÕES DE ANALFABETOS APRENDERÃO PELO RÁDIO, **A Noite**, Rio de Janeiro, 4 /4/1961, p.6.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE PLANEJANDO ATIVIDADES NO ESTADO, **Diário de Pernambuco**, Recife, 14/7/1961, p.8, segundo caderno.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas Camponesas do Brasil**. 1969. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acessado em: 26/8/2018.

NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIVA, Marlúcia Menezes (Org.). **Escolas radiofônicas de Natal**. Brasília: Liber Livro, 2009.

PEIXOTO, José Pereira. **A travessia do popular na contradição da educação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes e ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro. **Tempos Históricos**, v. 18, n.1, 1º semestre de 2014, p.73-111.

PORPHIRIO, Max. Você sabia? O lúdico como ferramenta organizativa no periódico Terra Livre (1954-64). **Estudos Sociedade & Agricultura**, outubro 2017, vol. 25, n.3, p.642-670.

PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA OS TRABALHADORES DO CAMPO, **Terra Livre**, São Paulo, junho de 1961, p.2.

QUADROS, Jânio. **Mensagem ao congresso nacional**, 1961.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA**. 2006. 384p. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2006.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Edivânia Duarte. **Estratégias argumentativas na Construção do Discurso Ideológico**. 2009. 182p. Dissertação (Mestrado em Letras). UFRN. Natal, 2009.

ROMANO, Roberto. **Brasil**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SANTOS, Alessandra Maria. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)**. 2014. 121p. Dissertação (Mestrado). UFPE. Recife, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional**. 2009. 225p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fiocruz. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Leusa Alves de Moura. **A educação popular e sindicalismo**. 2006. 140p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFG. Goiânia, 2006.

SOUZA, Cláudia Moraes de. **Pelas ondas do rádio**. 2007. 365p. Tese (Doutorado em História Social). USP. São Paulo, 2007.

TAPIA, Jorge. **Capitalismo e questão agrária**. 1986. 612p. Tese (Mestrado). Unicamp. Campinas, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.15-28. 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para transformar**. Vozes: Petrópolis, 1984.

WELCH, Clifford. **A Semente foi plantada**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Recebido em: 13 de outubro de 2021

Aceito em: 20 de outubro de 2022